

Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2018

1. Nota introdutória

A Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) tem vindo a realizar na Região Autónoma da Madeira (RAM) o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), operação estatística de âmbito nacional, da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Trata-se de uma operação estatística harmonizada e regulamentada a nível comunitário e, de forma sucinta, tem como objetivos a produção de estatísticas sobre a distribuição do rendimento, as condições de vida e exclusão social, permitindo a análise:

- da composição e distribuição do rendimento das famílias e dos indivíduos;
- das condições de vida (condições de habitação e conforto, capacidade financeira, etc.);
- do impacto das transferências sociais ao nível da pobreza e exclusão social;
- da ligação entre a pobreza e exclusão social e a atividade económica, emprego, tipologia sociofamiliar, educação, saúde e habitação.

O ICOR é realizado em Portugal desde 2004 e até 2017 permitia unicamente o apuramento e divulgação de dados para o País. No entanto, em 2015, o INE iniciou o processo de regionalização deste inquérito, tendo este sido concretizado numa componente longitudinal de 4 anos, isto é, entre aquele ano e 2018 a respetiva amostra foi sucessivamente incrementada, de modo a permitir a divulgação de dados desagregados ao nível NUTS II em 2018.

Neste contexto, a DREM passou a divulgar no seu portal os resultados do ICOR para a RAM: pela primeira vez, no dia 30 de novembro de 2018, alguns resultados provisórios e, posteriormente, a 7 de maio do corrente ano, os resultados definitivos, relativos aos rendimentos monetários líquidos anuais de 2017, tendo por base a inquirição realizada entre março e maio de 2018.



2. Análise de resultados

Rendimento monetário líquido anual por adulto equivalente na RAM foi inferior à média nacional

Os resultados definitivos do ICOR, realizado em 2018 sobre os rendimentos do ano anterior, indicam que a mediana (valor central de um conjunto de números ordenados de modo crescente) do rendimento monetário líquido anual por adulto equivalente fixou-se em, 2017, na RAM, nos 8 326 euros. O rendimento por adulto equivalente é o resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE, no qual se atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro do agregado. O rendimento monetário líquido corresponde aos rendimentos obtidos pelos agregados através de cada um dos seus membros, provenientes do trabalho (trabalho por conta de outrem e por conta própria), de propriedade e capital, de pensões (nacionais ou provenientes do estrangeiro), outras transferências sociais (apoio à família, à habitação, ao desemprego, doença e invalidez, educação e formação, inclusão social), e de outras transferências privadas, após dedução dos impostos devidos e das contribuições para regimes de proteção social.

A mediana nacional para esta variável é de 9 346 euros, sendo o valor mais alto registado na Área Metropolitana (A.M) de Lisboa (10 943 euros) e o mais baixo na Região Autónoma dos Açores (7 517 euros).

Taxa de risco de pobreza na RAM em 2017 foi de 27,5%

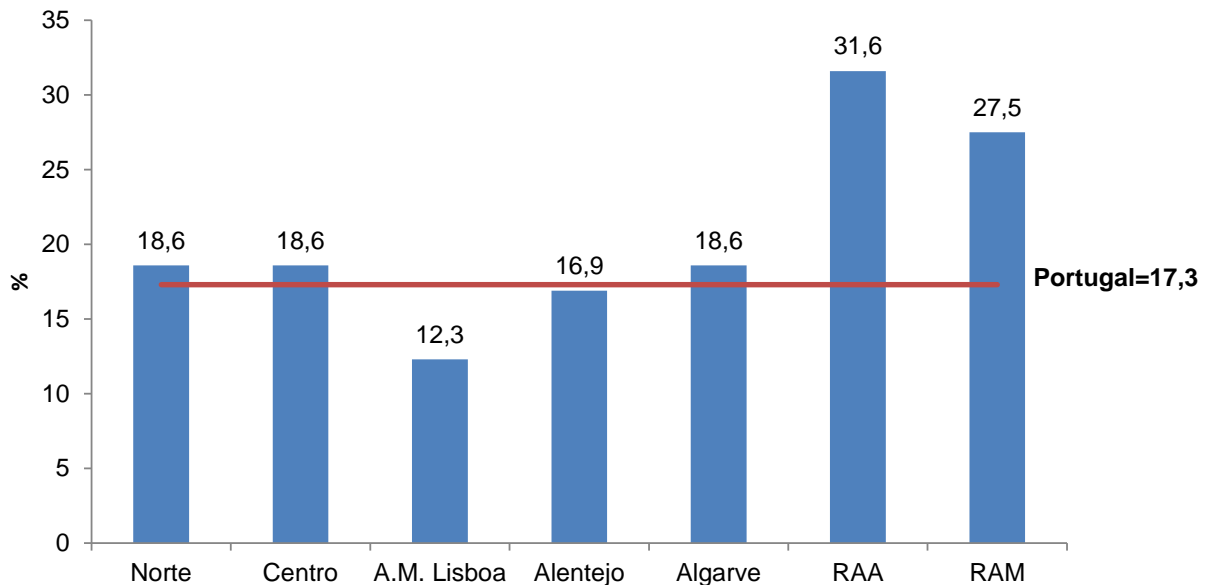
Naturalmente, a posição relativa da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes em cada região face à distribuição nacional, vão influenciar os resultados de um dos indicadores centrais do ICOR, a taxa de risco de pobreza.

A linha de pobreza nacional para 2017 foi calculada em 5 608 euros, sendo o limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país. No caso da RAM, a aplicação desta definição implica que o limiar de pobreza regional se cifre nos 4 996 euros. Olhando para as sete regiões NUTS II, o valor mais elevado surge na A.M. de Lisboa (6 566 euros) e o mais baixo na R.A. Açores (4 510 euros). De notar que, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa, os limiares de pobreza regionais encontram-se abaixo do limiar de pobreza nacional, refletindo as diferentes condições socioeconómicas, nomeadamente, os diferentes níveis de custo de vida.

A taxa de risco de pobreza (que corresponde à proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza) calculada com a linha de pobreza nacional é de 17,3% no país, sendo que na RAM atinge os 27,5%. Por regiões NUTS II, o valor mais baixo foi registado na A.M. Lisboa (12,3%) e o mais elevado na R.A. Açores (31,6%).



Taxa de risco de pobreza em Portugal e nas NUTS II, 2017



Por sua vez, a taxa de risco de pobreza calculada com base nas linhas de pobreza regionais (4 996 euros no caso da RAM, como atrás referido) fixou-se nos 22,3%, ligeiramente acima da observada para a R.A Açores (21,7%). Neste indicador, o Alentejo registou o valor mais baixo (14,2%).

Na leitura destes dados, deverá ser tido em conta, conforme referido na altura da divulgação dos resultados provisórios, que face à metodologia do inquérito, no que respeita a fontes de rendimento, são excluídas o salário em géneros, o autoconsumo, o autoabastecimento e a autolocação (rendimento não monetário). Estas componentes, conforme demonstra o último Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF), têm uma importância particularmente significativa na Região Autónoma da Madeira, tendo contribuído para diminuir a taxa de pobreza em 6,2 pontos percentuais no ano de 2014 (última edição do IDEF).

Intensidade laboral *per capita* muito reduzida na RAM foi superior a 10%

Consideram-se em intensidade laboral *per capita* (por pessoa) muito reduzida todas as pessoas com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que a população adulta dos 18 aos 59 anos (excluindo estudantes) trabalhou em média menos de 20% do tempo de trabalho possível. Esta situação potencia o risco de exclusão social de uma família.

Em 2017, na RAM, cerca de 20 mil pessoas com menos de 60 anos vivia em situação de intensidade laboral *per capita* muito reduzida, o que corresponde a uma proporção de 10,4%. Neste indicador, o valor mais elevado foi observado na R.A. Açores (11,8%) e o mais baixo na A.M. Lisboa (5,5%). A média nacional foi de 7,2%.



Taxa de privação material severa na RAM foi de 9,4%

A privação material traduz-se pela impossibilidade de acesso a um conjunto de necessidades económicas e bens duráveis, constituindo igualmente um fator que potencia o risco de exclusão social.

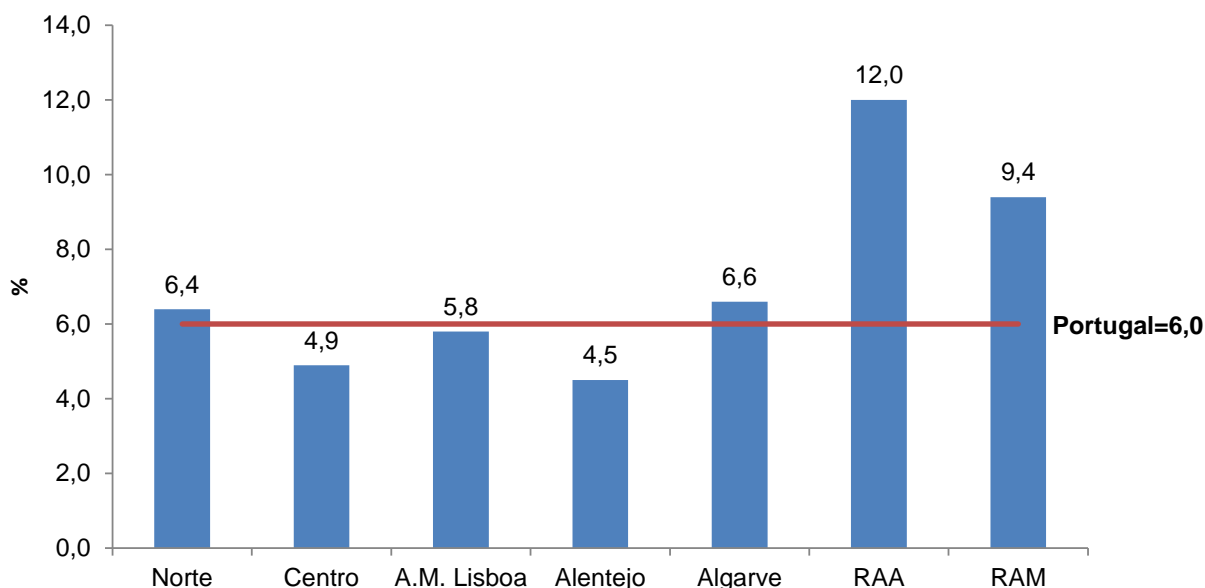
Se por razões económicas se verificam quatro das seguintes nove situações, considera-se que existe privação material severa:

- 1) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo);
- 2) Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado;
- 3) Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal;
- 4) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias;
- 5) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida;
- 6) Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas;
- 7) Sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas;
- 8) Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas;
- 9) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas.

NA RAM, existiam, em 2018, cerca de 24 mil pessoas em privação material severa, o que corresponde a uma taxa de 9,4%. Uma vez mais, a R.A. Açores apresenta o valor mais elevado (12,0%), surgindo o Alentejo no polo oposto (4,5%). A média nacional foi de 6,0%.



Taxa de privação material severa em Portugal e nas NUTS II, 2018



Taxa de pobreza ou exclusão social na RAM em 2018 foi de 31,9%

No âmbito da estratégia Europa 2020, definiu-se um indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social que conjuga os conceitos de risco de pobreza relativa – pessoas com rendimentos anuais por adulto equivalente inferiores ao limiar de pobreza – e de situação de privação material severa, com o conceito de intensidade laboral *per capita* muito reduzida.

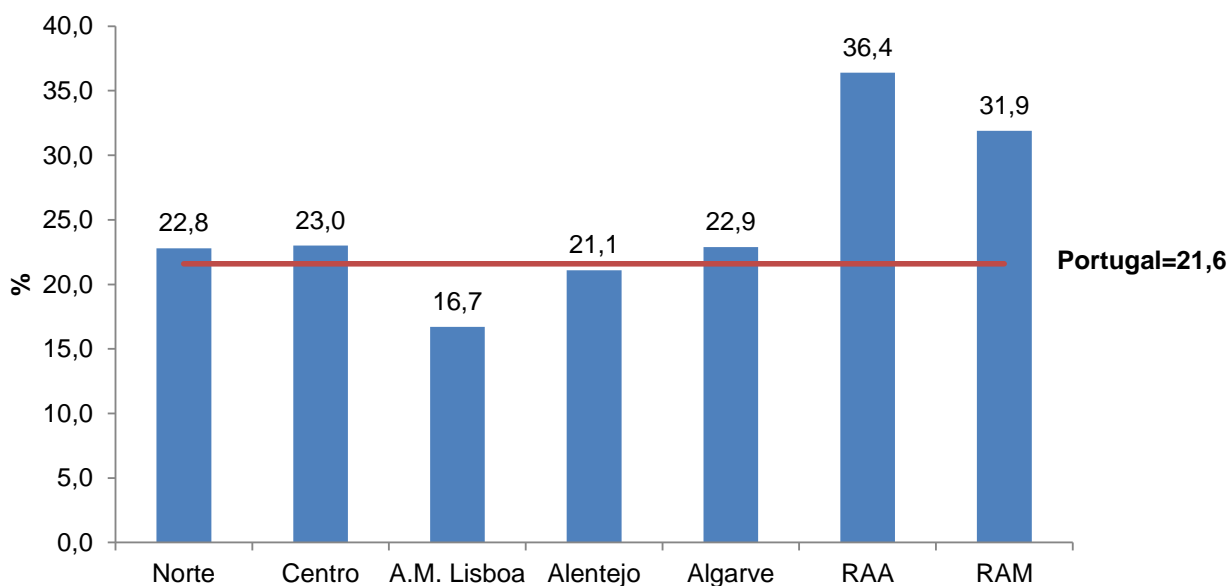
Em 2018, na RAM, cerca de 81 mil pessoas encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social, representando uma taxa de 31,9%. A R.A. Açores surgia neste indicador com o valor mais alto (36,4%), enquanto a A.M. Lisboa tinha a taxa inferior (16,7%). A média nacional era de 21,6%, sendo que 2,2 milhões de pessoas em Portugal estavam em risco de pobreza ou exclusão social.



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

Taxa de risco de pobreza ou exclusão social em Portugal e nas NUTS II, 2018



Indicadores de privação habitacional menos penalizadores para a Região

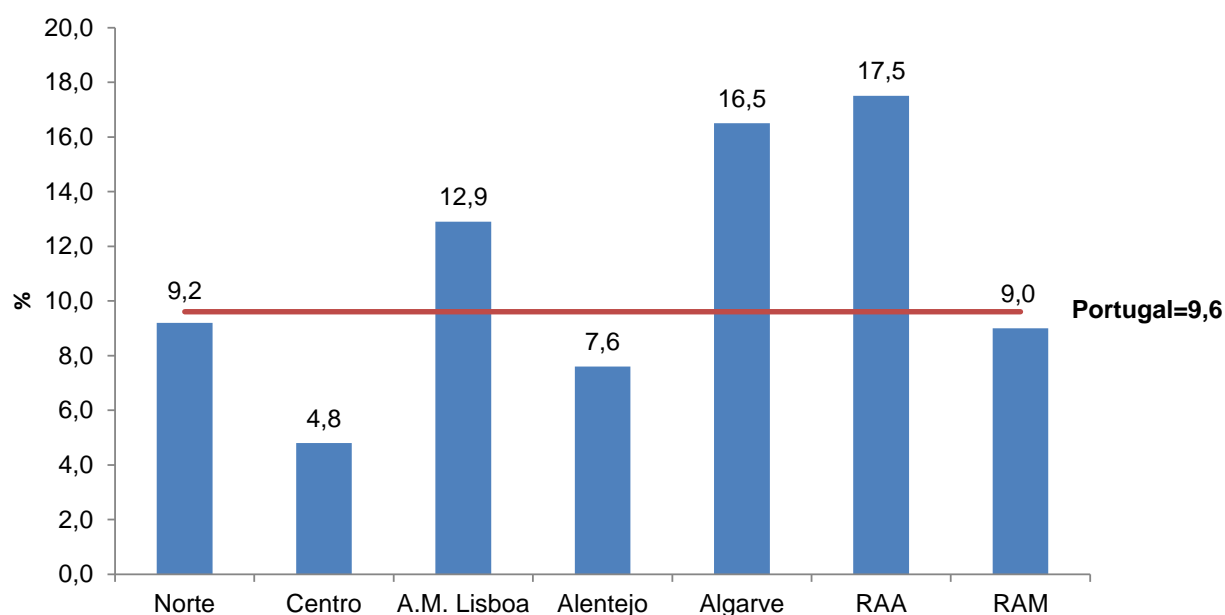
Do conjunto de indicadores que resultam do ICOR, o único em que a Região se encontra melhor do que a média nacional é na taxa de sobrelotação da habitação que não ultrapassa os 9,0%, ficando abaixo dos 9,6% no país. Esta taxa corresponde à proporção de pessoas que viviam em alojamentos em que o número de divisões habitáveis ($\geq 4 \text{ m}^2$) era insuficiente para o número e perfil demográfico dos membros do agregado.



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

Taxa de sobrelotação da habitação em Portugal e nas NUTS II, 2018



No que diz respeito à taxa de privação severa das condições de habitação, a Região surge em 4.º lugar no contexto das sete regiões NUTS II, com uma taxa de 5,7%, superior à média nacional (4,1%). A privação severa das condições de habitação corresponde à condição da população residente que vive num espaço de habitação sobrelotado e com, pelo menos, um dos seguintes problemas: a) inexistência de instalação de banho ou duche no interior do alojamento; b) inexistência de sanita com autoclismo, no interior do alojamento; c) teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; d) luz natural insuficiente num dia de sol.

Por sua vez, em 2018, na RAM, a taxa de sobrecarga das despesas em habitação, que corresponde à proporção da população que vive em agregados familiares em que o rácio entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento disponível (deduzidas as transferências sociais relativas à habitação) é superior a 40%, fixou-se em 5,9%, ligeiramente acima do país (5,7%).

RAM ligeiramente pior que o país em termos de desigualdade de rendimentos

Dois indicadores - o coeficiente de Gini e o rácio S80/S20 - permitem fazer a avaliação da assimetria na distribuição de rendimentos na RAM e no país.

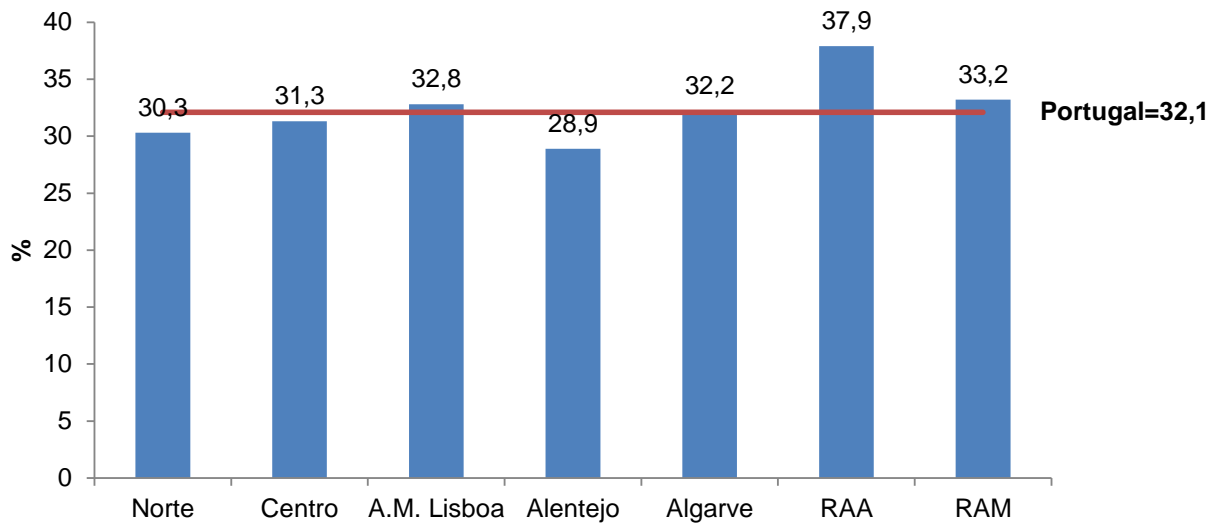
O coeficiente de Gini sintetiza num único valor a assimetria da distribuição de rendimentos, assumindo valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando a totalidade do rendimento está concentrada num único indivíduo). No que respeita à RAM, este indicador, em 2017, assumiu o valor de 33,2%, ligeiramente acima do nacional (32,1%). A R.A. Açores é a região do país com maior desigualdade (37,9%), e o Alentejo aquela onde se observa menor assimetria (28,9%).



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

Coeficiente de Gini em Portugal e nas NUTS II, 2017



O rácio S80/S20 corresponde ao quociente entre o rendimento total dos 20% com maiores rendimentos e o rendimento auferido pelos 20% com menores rendimentos. No caso da RAM, o rendimento dos 20% mais ricos é 6,2 vezes superior ao dos 20% mais pobres. A nível nacional este rácio é de 5,2. À semelhança do que sucede no coeficiente de Gini, é na R.A. Açores que a disparidade é maior (7,3) e no Alentejo onde a mesma é menor (4,4).



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"